

ÍNDICE GERAL

Outras obras do Autor nos domínios do Direito bancário e comercial	5
Advertências	11
Índice geral.	13
Abreviaturas	39

I

PRELIMINARES

§ 1.º Introdução

1. O Direito da banca e do dinheiro	51
2. Sistema de exposição	54
3. A Ciência jurídico-bancária.	56
4. Núcleo central e halos culturais	58
5. O Direito bancário material.	60
6. O Direito bancário institucional	63
7. Papel e importância.	66

§ 2.º Conteúdo, método e programa

8. Conteúdo	69
9. Método	70
10. Programa	73

§ 3.º Bibliografia

11. Doutrina portuguesa	74
12. Doutrina estrangeira e europeia.	75
13. Fontes, periódicos e <i>internet</i>	79

II
DOGMÁTICA BANCÁRIA GERAL

CAPÍTULO I
A ORGANIZAÇÃO DA MOEDA

§ 4.º Sistemas financeiros

14. A moeda.	85
15. O sistema financeiro	88
16. Alguns sistemas nacionais.	90
17. Organização internacional.	96

§ 5.º O sistema financeiro português

18. Das origens ao Banco de Portugal (1846).	100
19. Do surgimento da banca moderna ao Estado Novo	104
20. Das reformas de Oliveira Salazar a 1974	107
21. A nacionalização da banca	108
22. Da reprivatização à reforma de Cavaco Silva/Braga de Macedo	109

§ 6.º Elementos europeus

23. Tratado da União Europeia	112
24. União Monetária	114
25. Direito europeu e Direitos nacionais.	121

§ 7.º Excurso: a “Bundesbank”

26. Generalidades; nota histórica	123
27. A situação atual	125
28. A supervisão	127

CAPÍTULO II
A CRISE DE 2007/2014

§ 8.º Origem e desenvolvimento

29. Generalidades e relevo	131
30. Antecedentes	133
31. Cronologia da crise	135
32. O colapso iminente (outubro/2008); aspetos europeus e 2009	137

§ 9.º Causas e explicações

33. Minsky: a “hipótese de instabilidade financeira”	140
34. A génese dos subprimes	142
35. Desregulação e titulação: a bolha global	144
36. A crise global	145
37. Aspetos explicativos	147
38. Medidas legislativas: Estados Unidos e Alemanha (referência)	149

§ 10.º O Direito da crise pré-Troika

39. A crise da dívida soberana	153
40. A crise portuguesa	155
41. As medidas legislativas; aspetos gerais	157
42. Fundos próprios e recapitalização	161
43. Informação e transparência	162
44. Medidas pontuais	163

§ 11.º O Direito pós-Troika

45. O acordo com a “Troika”	165
46. Medidas legislativas em execução do Memorando	173
47. A natureza do “Direito da crise”	177

**CAPÍTULO III
A CIÊNCIA JURÍDICO-BANCÁRIA****§ 12.º Características do Direito bancário**

48. Direito privado	181
49. Direito funcional específico	184
50. Direito “técnico”	187
51. Direito fragmentário e dependência científica	188

§ 13.º Delimitação de outras disciplinas

52. Vertical: Direito civil e Direito comercial; o Direito do consumo	190
53. Horizontal: Direito dos seguros e Direito mobiliário	192
54. Instrumental: registo e processo	195

§ 14.º **Interpretação e aplicação do Direito bancário**

55. A realização do Direito como decisão unitária	197
56. Interpretação funcional	199
57. Os tópicos do investimento, da transparência, do consumo e dos direitos de personalidade.	201

CAPÍTULO IV AS FONTES DO DIREITO BANCÁRIO

§ 15.º **Fontes internas**

58. A Constituição e a Lei Orgânica do Banco de Portugal	205
59. O Código Comercial e a legislação extravagante	207
60. O Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras	210
61. Os usos bancários; as cláusulas contratuais gerais	216
62. Códigos de conduta e fontes privadas.	219

§ 16.º **Fontes europeias**

63. As diretrizes institucionais	224
64. As diretrizes materiais.	228
65. Os regulamentos	230
66. Projetos	231

CAPÍTULO V OS PRINCÍPIOS BANCÁRIOS GERAIS

§ 17.º **Generalidades; a diferenciação conceitual**

67. Os princípios no Direito	233
68. Princípios gerais e princípios bancários; papel e limites.	234
69. A diferenciação conceitual; o perigo da sobreposição linguística.	235

§ 18.º **O princípio da simplicidade**

70. A simplicidade bancária	238
71. Consensualismo e reformalização normalizada	239
72. O uso da informática	241
73. A unilateralidade	242

§ 19.º O princípio da rapidez

74. A rapidez bancária; a normalização substancial	246
75. O recurso a cláusulas contratuais gerais	247
76. A desmaterialização.	247

§ 20.º O princípio da ponderação bancária

77. Essência do princípio; a prevalência das realidades	250
78. A interpretação segundo o primeiro entendimento	251
79. A eficácia sancionatória.	252

**CAPÍTULO VI
A RELAÇÃO BANCÁRIA GERAL**

80. Apresentação e razão de ordem.	255
--	-----

§ 21.º As teorias clássicas

81. A doutrina do contrato bancário geral	257
82. A doutrina da relação de negócios.	261
83. A doutrina da relação legal e de confiança	263
84. Desenvolvimentos subsequentes	266

§ 22.º Deveres bancários mitigados

85. A negociação mitigada	268
86. Acordos de cortesia e de cavalheiros	271
87. Responsabilidade por cortesia e por obsequiosidade	274
88. Acordos bancários mitigados	276

§ 23.º A relação bancária duradoura

89. Ponto básico e evolução	278
90. Dogmática geral	280
91. A denúncia; a longa duração	281
92. A relação bancária personalizada	284

§ 24.º O Direito português: abertura de conta

93. A reconstrução; a primazia do Direito nacional	286
94. A flexibilidade das explicações contratuais.	286
95. A abertura de conta	289

CAPÍTULO VII
TÓPICOS EVOLUTIVOS DA BANCA

§ 25.º Diversificação e aprofundamento da atividade bancária

96. Generalidades; a integração financeira	293
97. O alargamento dos segmentos-alvo	296
98. A diversificação de produtos; o microcrédito	298
99. A internacionalização	300

§ 26.º Reorganização da banca: fusões e *outsourcing*

100. Reorganização e fusões	304
101. <i>Outsourcing</i>	305
102. Segue; questões específicas no sector bancário	309

§ 27.º A tutela do consumidor de produtos financeiros

103. Aspetos gerais do Direito do consumo	311
104. O Direito europeu e as leis nacionais	313
105. A tutela no sector financeiro	317
106. O provedor bancário	321

§ 28.º O progresso tecnológico

107. Eletrónica, automação e telecomunicações	323
---	-----

III
DIREITO BANCÁRIO MATERIAL

CAPÍTULO I
A SITUAÇÃO JURÍDICA BANCÁRIA

SECÇÃO I
DETERMINAÇÃO E CONTEÚDO GERAL

§ 29.º Noção, modalidades e factos

108. Noção	327
109. Modalidades	328
110. Os factos constitutivos; a autonomia privada	330
111. Comportamentos concludentes	332

§ 30.º Os sujeitos e o objeto

112. O banqueiro e o seu cliente	334
113. Os menores	336
114. O objeto	337
115. Situações bancárias sem banqueiro; o abusivismo	341

§ 31.º O conteúdo geral

116. Elementos normativos e voluntários: os tipos bancários	344
117. Conteúdo positivo	345
118. Os deveres de competência, de adequação e de eficiência	346
119. Conteúdo negativo; conformação legal: possibilidade e determinabilidade.	349
120. Segue; bons costumes e ordem pública.	350

SECÇÃO II SEGREDO BANCÁRIO

§ 32.º O segredo bancário e a sua justificação

121. O segredo em geral	354
122. Evolução geral da base positiva	356
123. A experiência portuguesa e a sua evolução até ao RGIC	359
124. O regime do RGIC	363
125. A defesa do segredo bancário; fundamentos.	365
126. A proteção de dados pessoais em face da informática	368

§ 33.º Limitações ao sigilo bancário: branqueamento e fiscalidade

127. O regime processual do levantamento	369
128. O levantamento perante os tribunais; a) Situações públicas, até 1-mar.-2011	370
129. Segue; b) Após 1-mar.-2011	374
130. Segue; c) Situações privadas.	375
131. Segue; d) Aspetos processuais	378
132. O branqueamento de capitais	380
133. A fiscalização tributária.	386

§ 34.º As reformas de 2010-2012: o cenário orwelliano

134. A Lei n.º 37/2010, de 2 de setembro	393
135. A Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro	394
136. A Lei n.º 20/2012, de 14 de maio	394

137. A Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro	396
138. A Lei n.º 82-B/2014, de 31 de dezembro	397
139. A Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março	398
140. A nova reforma de 2016	399
141. Um problema de harmonia da Ordem Jurídica e de estratégia bancária.	400

SECÇÃO III A INFORMAÇÃO BANCÁRIA

§ 35.º A informação ao cliente

142. O tema	402
143. Modalidades	404
144. Informações ao cliente	407
145. Segue; o problema do ónus da prova	410
146. As fontes sobre o dever de informar	411
147. Natureza e limites; a legítima ignorância.	414

§ 36.º As informações do cliente e ao mercado

148. Informações do cliente	416
149. Informação ao mercado.	418

SECÇÃO IV RESPONSABILIDADE BANCÁRIA

§ 37.º A responsabilidade do banqueiro

150. O problema em geral.	420
151. Um serviço público? A especificidade do debate	421
152. A experiência francesa	424
153. A experiência alemã	429
154. O Direito português.	432

§ 38.º Concretização da responsabilidade bancária

155. Responsabilidades obrigacional e aquiliana; a causalidade	436
156. Aplicação perante o dever de informar	439
157. A prática judicial portuguesa.	443
158. Danos morais, pontos em aberto e cautelas	447

CAPÍTULO II
DOS ATOS BANCÁRIOS EM GERAL

SECÇÃO I
PRINCÍPIOS GERAIS

§ 39.º A autonomia privada

159. <i>Numerus apertus</i> e normalização bancária	451
160. Atos mistos	452
161. As coligações ou uniões de contratos	457
162. Consensualidade e formalismo	462

§ 40.º Os princípios comerciais

163. Os atos bancários como atos de comércio	464
164. O uso de línguas estrangeiras	465
165. As comunicações à distância.	469
166. Solidariedade e regime conjugal de dívidas	471

§ 41.º Os princípios bancários

167. Remissão	474
-------------------------	-----

SECÇÃO II
A CELEBRAÇÃO

§ 42.º A culpa *in contrahendo* em geral

168. Deveres bancários prévios	475
169. A jurisprudência portuguesa	478
170. Sentido e consequências	480
171. A codificação da culpa <i>in contrahendo</i>	482

§ 43.º A culpa *in contrahendo* no sector bancário

172. A conformação do dever de informar; outros deveres prévios	485
173. Aspectos evolutivos	486
174. Outros deveres bancários prévios	489

SECÇÃO III
A ADESÃO A CLÁUSULAS CONTRATUAIS GERAIS

§ 44.º Cláusulas contratuais gerais

175. As cláusulas e a banca.	490
176. Dogmática básica.	493
177. Evolução; a necessidade de leis específicas.	496
178. A defesa do consumidor e a influência europeia.	500

§ 45.º A lei portuguesa das cláusulas contratuais

179. Antecedentes.	503
180. O regime aprovado pelo Decreto-Lei n.º 446/85.	504
181. A influência do Direito europeu do consumo.	506

§ 46.º A contratação por adesão a cláusulas contratuais gerais

182. Âmbito.	509
183. A inclusão nos negócios singulares.	511
184. Interpretação e integração.	515

§ 47.º Cláusulas contratuais gerais proibidas

185. Proibição e nulidade.	518
186. Sistema geral das proibições.	519
187. As cláusulas proibidas.	523
188. A ação inibitória e a sua importância.	528

§ 48.º Cláusulas contratuais gerais bancárias

189. As regras legais específicas.	531
190. A prática portuguesa.	532
191. O problema dos contratos pré-formulados.	534

SECÇÃO IV
O ATO NUCLEAR: A ABERTURA DE CONTA

§ 49.º Abertura de conta: elementos e natureza

192. Generalidades.	539
193. Conteúdo necessário.	540

194. Conteúdo eventual.	542
195. Terminologia e natureza	543

§ 50.º Celebração da abertura de conta e modalidades

196. Formalidades.	546
197. O Aviso n.º 2/2013, do Banco de Portugal	547
198. Modalidades	549

§ 51.º Regime da abertura de conta

199. Um contrato misto socialmente típico	553
200. Direito à conta? Os serviços mínimos bancários	554
201. Cessação e bloqueio	557

**SECÇÃO V
ELEMENTOS NECESSÁRIOS DA ABERTURA DE CONTA**

§ 52.º A conta-corrente bancária

202. Generalidades	560
203. A conta-corrente comercial; origens e evolução	560
204. A dogmática atual	562
205. O regime de Veiga Beirão	565
206. Conta-corrente bancária	568

§ 53.º O giro bancário

207. Noção geral e integração na abertura de conta	572
208. Operações incluídas e sistemas de pagamentos	573
209. Construção e regime jurídicos.	575

§ 54.º Os serviços de pagamento

210. A evolução europeia	578
211. Transposições; o Direito dos pagamentos.	583
212. O Regime dos Serviços de Pagamento (RSP).	585
213. Operações de pagamento: o contrato-quadro	586
214. A transparência e a informação.	588
215. Direitos e deveres das partes; execução	590
216. Natureza	591
217. A Diretriz das contas de pagamento	592

SECÇÃO V
A COMPENSAÇÃO NO DIREITO BANCÁRIO

§ 55.º A compensação bancária em geral

218. Generalidades	594
219. Ambiência e custos do crédito	595
220. A compensação convencional	596
221. A compensação em conta-corrente	597

§ 56.º A compensação nos diversos tipos de contas bancárias

222. Contas diferentes do mesmo titular	600
223. Débitos avulsos do titular de conta	602
224. Depósitos com regimes diferenciados; depósitos a prazo	602
225. Contas solidárias	604
226. Segue; o regime aplicável	607
227. Contas conjuntas	610

CAPÍTULO III
DOS ATOS BANCÁRIOS EM ESPECIAL

SECÇÃO I
ATOS BANCÁRIOS SIMPLES

§ 57.º O depósito bancário

228. O depósito comum	611
229. O depósito irregular	616
230. Depósito mercantil e depósito bancário	619
231. Modalidades	620
232. Regime e natureza	622

§ 58.º A convenção de cheque

233. Generalidades; a Lei Uniforme	625
234. Elementos do cheque; aspetos cambiários	629
235. A convenção de cheque e o seu conteúdo	631
236. Regime e natureza; a tutela do cheque	635
237. A revogação do cheque	640

§ 55.º Moeda estrangeira e câmbios

238. Generalidades; obrigações pecuniárias	642
239. Obrigações em moeda estrangeira; obrigações próprias e impróprias; juros . .	646
240. Operações cambiais; evolução; a liberalização.	651

§ 60.º Emissão de cartão bancário

241. Cartões bancários; evolução e modalidades	655
242. Condicionalismo legal.	660
243. O contrato de emissão.	664
244. Casuística	666

SECÇÃO II
CRÉDITO BANCÁRIO

§ 61.º Crédito e mútuo bancários

245. Crédito bancário.	669
246. O mútuo civil	672
247. O empréstimo mercantil	675
248. Os juros	676
249. Modalidades; anatocismo	685
250. Juros negativos.	686
251. O mútuo bancário	688
252. O mútuo de escopo	690

§ 62.º Contratos especiais de crédito

253. Generalidades; a abertura de crédito.	693
254. O descoberto em conta	698
255. A antecipação bancária	699
256. O desconto bancário	700

§ 63.º O crédito ao consumo

257. Aspetos gerais	703
258. As leis europeias	705
259. O revogado Decreto-Lei n.º 359/91	707
260. O Decreto-Lei n.º 133/2009, de 2 de junho	709

§ 64.º **Créditos documentários**

261. Noções gerais e modalidades	712
262. Funções e importância	714
263. Origem, evolução e regras e usos uniformes	716
264. O contrato de emissão e o negócio-base	722
265. O funcionamento; a carta de crédito	726
266. Construção geral e natureza	728

§ 65.º **Locação financeira**

267. Origem, evolução e vantagens	730
268. Traços gerais e modalidades	733
269. O regime vigente	735
270. A prática da locação financeira	738
271. O incumprimento pelo locatário	740
272. Aluguer de longa duração e <i>renting</i>	743

§ 66.º **Cessão financeira**

273. Noção, origem e papel	745
274. A experiência portuguesa	758
275. Estrutura e modalidades	761
276. Formação e conteúdo	768
277. Efeitos	772

§ 67.º **Outros contratos financeiros**

278. Aspectos gerais; o crédito sindicado; empréstimos cristal	776
279. Titularização, titulação ou securitização de créditos.	778
280. O <i>forfaiting</i> (monetização de créditos)	781
281. O <i>Project Finance</i>	783

CAPÍTULO IV
DAS GARANTIAS NO DIREITO BANCÁRIO

SECÇÃO I
DAS GARANTIAS EM GERAL

§ 68.º **Garantias: evolução e relevo**

282. O risco e o Direito.	789
-----------------------------------	-----

283. A gestão do risco (<i>risk-management</i>)	790
284. Sentido e limites da vertente histórica	791
285. O relevo; os paradoxos e a <i>ars</i> bancária	793

§ 69.º Mapa das garantias e banca

286. Noções básicas; garantias geral e especiais	796
287. Classificações e tipologias	797
288. Garantias e banca; a tutela do cliente	799
289. Sequência e remissão	802

SECÇÃO II PENHORES BANCÁRIOS

§ 70.º O penhor bancário comum

290. Generalidades	803
291. Da <i>fiducia</i> à pré-codificação	805
292. O Código de Seabra	809
293. O penhor civil	811
294. Penhor mercantil e penhor bancário	813

§ 71.º Penhores bancários especiais

295. Penhor de conta bancária	817
296. Penhor de seguros	819

SECÇÃO III ACORDOS DE GARANTIA FINANCEIRA

§ 72.º Os acordos de garantia financeira

297. Origem e noção geral	820
298. Os sujeitos	822
299. As obrigações financeiras garantidas e o objeto das garantias	824

§ 73.º Aspetos gerais e modalidades de garantias financeiras

300. Conteúdo; o “desapossamento”	827
301. Forma e prova	828
302. Modalidades	829

§ 74.º O penhor financeiro

303. Noção básica; um penhor de direitos	831
304. O direito de disposição	831
305. Pacto comissório, vencimento antecipado e compensação	833
306. A natureza do penhor financeiro	834

§ 75.º A fidúcia financeira

307. Noção e terminologia	836
308. Os deveres do fiduciário financeiro; vencimento antecipado e compensação ..	837
309. Fidúcia financeira e penhor financeiro com poder de disposição	837

§ 76.º Aspetos complementares das garantias financeiras

310. Validade e eficácia na liquidação e no saneamento	839
311. Vencimento antecipado e compensação	840
312. Norma de conflitos e preceitos finais	841

SECÇÃO IV**GARANTIAS BANCÁRIAS E CARTAS DE CONFORTO****§ 77.º Garantias bancárias**

313. Generalidades; garantias acessórias e autónomas	842
314. Regime da garantia autónoma	849
315. A limitação aos bancos	853
316. O seguro-caução; o seguro de crédito	856

§ 78.º Cartas de conforto

317. Generalidades; terminologia	862
318. Papel e vantagens	863
319. A estrutura unilateral aparente e a juridicidade	865
320. Tipificação; conforto fraco, médio e forte	867
321. Regime e natureza	869

**CAPÍTULO V
DOS DERIVADOS**

322. Justificação	873
-------------------------	-----

SECÇÃO I
ASPETOS GERAIS

§ 79.º Derivados: noção básica e evolução

323. Noção básica	875
324. Origem e evolução	876
325. Do Direito romano à Idade Moderna	878
326. Os séculos XIX e XX	880

§ 80.º Modalidades e funções

327. Definição	882
328. Modalidades	883
329. Funções	885

SECÇÃO II
DOS SWAPS (PERMUTAS FINANCEIRAS)

§ 81.º Origem e modalidades de *swaps*

330. Origem	888
331. Quadro geral	889
332. O <i>swap</i> de taxas de juro (IRS)	890
333. <i>Swaps</i> de divisas, de valores, de mercadorias e outros	893

§ 82.º Características

334. Consensualidade, atipicidade e natureza obrigacional e comercial	896
335. Reciprocidade, sinalagmaticidade e onerosidade	897
336. Aleatoriedade; o risco	897
337. Estandartização e natureza duradoura	900

§ 83.º Figuras afins

338. O <i>Debt-Equity-Swap</i>	901
339. O <i>Credit Default Swap</i> (CDS)	901
340. O contrato de seguro	903
341. Contratos de limitação de juros	904
342. Contratos diferenciais	906
343. Contrato de jogo e aposta	906

SECÇÃO III
OS SWAPS NAS LEIS PORTUGUESAS

§ 84.º Os *swaps* nas leis sobre o Estado e Direito europeu

344. Generalidades	908
345. O <i>swap</i> de divisas (<i>currency swap</i>).	908
346. Receitas e despesas públicas	909
347. Direito europeu da prestação de contas.	910

§ 85.º As leis tributárias

348. O Decreto-Lei n.º 257-B/96, de 31 de dezembro	914
349. O Código do IRS	916
350. O Código do IRC	918
351. O Estatuto dos Benefícios Fiscais.	919

§ 86.º Bancos, seguros e valores mobiliários

352. Generalidades	922
353. O Direito bancário.	922
354. O Direito dos seguros	924
355. O sector mobiliário	927
356. A titularização de créditos.	929

SECÇÃO IV
A ESTRUTURA DO CONTRATO DE SWAP

§ 87.º A composição geral e a ISDA e demais elementos

357. A composição geral	931
358. A ISDA: origem e natureza	932
359. Conteúdo analítico	933
360. As <i>confirmations</i> e os cálculos	939

SECÇÃO V
OS SWAPS E A CRISE

§ 88.º Os reflexos da crise de 2009-2014 nos *swaps*

361. Antecedentes; a idoneidade pública	942
---	-----

Índice geral 31

362. A crise e a quebra dos juros 943
363. Consequências. 944

§ 89.º A experiência alemã

364. Conspecto geral quanto a *swaps* 945
365. A jurisprudência alemã até 2011 946
366. A decisão do BGH 22-mar.-2011 949

§ 90.º A experiência italiana

367. Importância 953
368. O acolhimento dos *swaps* 954
369. A jurisprudência 954

§ 91.º A jurisprudência portuguesa

370. Generalidades 959
371. Seis decisões judiciais 959
372. Apreciação doutrinária 964

§ 92.º Ponderação bancária

373. Atos aleatórios e pessoas coletivas 966
374. A exigência técnico-jurídica de risco 967
375. Dever de informar e deontologia bancária 968

IV

DIREITO BANCÁRIO INSTITUCIONAL

376. Razão de ordem. 973

CAPÍTULO I

O SISTEMA FINANCEIRO EUROPEU

SECÇÃO I

A MOEDA ÚNICA

§ 93.º O euro

377. Instituição e fontes 975

378. Pontos essenciais do regime	978
379. Perspetivas	980

SECÇÃO II
**O SERVIÇO EUROPEU DE BANCOS CENTRAIS
 E O BANCO CENTRAL EUROPEU**

§ 94.º O Serviço Europeu de Bancos Centrais

380. As fontes	982
381. O Tratado de Lisboa	985
382. Objetivos, atribuições e autonomia	985
383. A natureza do SEBC e dos bancos centrais nacionais	987

§ 95.º O Banco Central Europeu

384. Organização; a autonomia	991
385. Atribuições e competência	992
386. Natureza	993

SECÇÃO III
O BANCO DE PORTUGAL

§ 96.º A evolução do Banco de Portugal até 1990

387. Evolução até 1975	996
388. A Lei Orgânica de 1975	1002
389. A Lei Orgânica de 1990	1003
390. Segue: a organização e outras regras aplicáveis	1007

§ 97.º A reforma de 1998

391. A Lei Orgânica de 1998; <i>occasio legis</i>	1011
392. O problema da sua natureza	1018
393. Consequências	1025
394. Os óbices da reforma de 1998; as correções interpretativas	1032

§ 98.º As reformas de 2001, 2004, 2007, 2012, 2013 e 2015

395. A sua necessidade; os pontos essenciais	1037
396. A reforma de 2004	1038

397. A reforma de 2007.	1038
398. As reformas de 2012 e de 2013	1039
399. Funções e organização	1041

CAPÍTULO II
ORGANIZAÇÃO E SUPERVISÃO BANCÁRIAS

SECÇÃO I
A ORGANIZAÇÃO BANCÁRIA

§ 99.º O Regime Geral das Instituições de Crédito

400. Origem e sentido geral	1045
401. Simplificação e codificação.	1049
402. As alterações	1053
403. A grande reforma de 2014	1066
404. A grande reforma de 2015	1068
405. Regulação e planos normativos.	1071

SECÇÃO II
A SUPERVISÃO BANCÁRIA

§ 100.º Da regulação em geral

406. A regulação económica; aproximação	1073
407. Origem e evolução; o teor técnico	1075
408. Tipos de regulação	1078
409. Poderes de regulação; vantagens e desvantagens	1080

§ 101.º A supervisão em geral; elementos europeus

410. Ideia e objetivos gerais	1083
411. A supervisão prudencial	1085
412. Basileia I, II e III.	1087
413. A Autoridade Bancária Europeia	1093

§ 102.º A supervisão portuguesa

414. O papel do Ministro das Finanças.	1095
415. A articulação com outras supervisões	1098
416. As atribuições do Banco de Portugal	1100

417. A supervisão das instituições de crédito	1102
418. As normas prudenciais; a <i>ratio</i> de solvabilidade	1106
419. Participações qualificadas; imóveis; natureza da supervisão	1108
420. Supervisão em base consolidada	1109
421. As necessidades de uma supervisão integrada	1111

§ 103.º **Excurso: participações qualificadas**

422. Participações qualificadas; a relação de proximidade	1117
423. As participações indiretas	1118
424. A apreciação do Banco de Portugal; a inibição dos direitos de voto	1121

CAPÍTULO III DAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO EM GERAL

§ 104.º **Aspetos básicos**

425. Noção e espécies	1125
426. Princípios	1132
427. Sistema de fontes	1134

§ 105.º **Vicissitudes**

428. Constituição e modificação	1126
429. O registo	1129
430. Dissolução	1140

§ 106.º **Instituições portuguesas no estrangeiro**

431. Na União Europeia	1143
432. Em países terceiros	1146

§ 107.º **Instituições estrangeiras em Portugal**

433. Instituições estrangeiras em Portugal; generalidades	1148
434. Filiais	1149
435. Sucursais	1150
436. Escritórios de representação	1153

§ 108.º Intervenção corretiva, administração provisória e resolução

437. Aspectos gerais; a reforma de 2012; as medidas de reforço da solidez financeira	1155
438. As reformas de 2014 e de 2015	1158
439. Sistema e princípios gerais	1159
440. A intervenção corretiva e a administração provisória	1160
441. A administração provisória	1164
442. A resolução	1166
443. Segue; a alienação da atividade	1170
444. Segue; a transferência para instituições de transição (bancos “bons”)	1172
445. A segregação de ativos, a recapitalização interna e outros aspetos	1173
446. Disposições comuns	1174
447. O Fundo de Resolução	1174
448. Breve apreciação	1175

§ 109.º A liquidação

449. Antecedentes	1177
450. O regime vigente	1179

§ 110.º Garantia de depósitos

451. A garantia de depósitos	1182
452. O Fundo de Garantia de Depósitos	1184
453. O Sistema de Indemnização aos Investidores	1187

§ 111.º Ilícitos penais e de mera ordenação social

454. Crime de banca não autorizada	1189
455. Ilícitos de mera ordenação social	1190

§ 112.º O pessoal bancário

456. Os administradores	1192
457. Os trabalhadores	1194

**CAPÍTULO IV
DAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO EM ESPECIAL**

§ 113.º Os bancos

458. Generalidades; tipos	1197
-------------------------------------	------

459. Bancos prediais	1200
460. A Sociedade Financeira Portuguesa	1204

§ 114.º A Caixa Geral de Depósitos

461. Generalidade; nota histórica; papel	1208
462. A reforma de 1969; evolução	1210
463. Regime vigente	1213

§ 115.º Caixas económicas

464. Origem e evolução (Alemanha e Itália)	1216
465. O problema da reforma	1219
466. Origem e evolução das caixas portuguesas	1221
467. A evolução subsequente	1225
468. A natureza jurídica clássica das caixas económicas	1228
469. A reforma de 2015.	1230

§ 116.º Caixas de crédito agrícola mútuo

470. O crédito agrícola e a sua evolução	1233
471. O regime vigente	1240

§ 117.º As instituições financeiras de crédito

472. A reforma de 2002.	1244
473. Objeto e regime: perspectivas	1244

CAPÍTULO V DAS SOCIEDADES FINANCEIRAS EM ESPECIAL

§ 118.º Aspetos gerais

474. Origem e evolução	1247
475. Determinação e regime geral	1249

§ 119.º Sociedades de investimento

476. Origem e evolução	1252
477. O regime vigente	1256

§ 120.º Sociedades de locação financeira

478. Evolução geral.	1259
479. O regime vigente.	1260

§ 121.º Sociedades de cessão financeira

480. Das origens à sua consagração legal.	1263
481. As opções da reforma 1995.	1269

§ 122.º As sociedades financeiras para aquisições a crédito

482. Alguns antecedentes imediatos e o regime de 1989; as SACEG	1273
483. A reforma de 1995.	1277

§ 123.º As sociedades de garantia mútua

484. Objetivo e noção geral	1280
485. Regime	1281

§ 124.º As instituições de moeda eletrónica

486. A Diretriz n.º 2000/46, de 18 de setembro	1282
487. O Decreto-Lei n.º 42/2002, de 2 de março	1283
488. A Diretriz n.º 2009/110/CE, de 16 de setembro e a reforma de 2012.	1284

**CAPÍTULO VI
EMPRESAS DE INVESTIMENTO E OUTRAS ENTIDADES**

§ 125.º Noção e regime

485. Serviços de investimento e empresas de investimento	1287
486. Regime	1289

§ 126.º Das empresas de investimento e de outras entidades em especial

487. Generalidades.	1290
488. Sociedades corretoras e sociedades financeiras de corretagem	1290
489. Sociedades mediadoras dos mercados monetário ou de câmbios.	1294
490. Sociedades gestoras de fundos de investimento (organismos de investimento coletivo)	1294
491. Sociedades emitentes ou gestoras de cartões de crédito	1301

492. Sociedades gestoras de patrimónios	1303
493. Sociedades de desenvolvimento regional	1304
494. Sociedades de capital de risco.	1305
495. Sociedades gestoras de fundos de titularização de créditos	1307
496. Sociedades administradoras de compras em grupo.	1307
497. Agências de câmbios.	1310
498. FINANGESTE, SA.	1310
Índice de jurisprudência	1313
Índice onomástico.	1337
Índice bibliográfico	1361
Índice ideográfico	1429